



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016

(Processo Administrativo n.º 08059.000129/2016-20)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que A União, por intermédio da Polícia Federal, por meio da Diretoria Técnico-Científica DITEC/DPF, sediada em SAIS, Quadra 07, Lote 23, nesta, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 323/2014 DITEC/DPF, de 09 de outubro de 2014, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 26/08/2016

Horário: 10h30min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção e calibração em balanças; de serviços de calibração, higienização/descontaminação e manutenção preventiva para pipetas laboratoriais e, sempre que necessário, com substituição da peça denominada “Selo O-ring”; e de serviços de calibração em conjunto de pesos-padrão, balões volumétricos, dispensadores plásticos e termômetros; todos por comparação direta com padrão rastreável na RBC/INMETRO (Rede Brasileira de Calibração). Os instrumentos de medição e materiais que serão submetidos aos serviços estão relacionados na Tabela 1 do Termo de Referência, anexo I deste edital, e pertencem aos acervos da Área de Perícias em Genética Forense (APGEF) e do Serviço de Perícias de Laboratório e de Balística (SEPLAB) da Divisão de Perícias (DPER) do Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Diretoria Técnico-Científica (DITEC) do Departamento de Polícia Federal (DPF). Os serviços contratados deverão ser executados por empresa especializada na prestação de serviços de calibração e manutenção, e por profissionais qualificados, conforme condições, quantidades e exigências, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:
- 4.2.1. proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3. Também é vedada a participação de:
- 4.3.1. entidades empresariais estrangeiras;
- 4.3.2. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
- 4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.5.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

4.5.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. *valor total do item;*

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as *especificações técnicas exigidas no Termo de Referência*.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (zero vírgula um por cento).

6.8. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;

6.9. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.10. O licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, para envio de documentos de habilitação complementares, por meio de mensagem eletrônica, conforme prevê o §2º do Art. 25 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.11.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.16. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.18. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço manifestamente inexequível.*

7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02.(duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:
- 8.4. **Habilitação jurídica:**
- 8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6. A título de qualificação econômico-financeira, também deverá ser apresentada certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.7. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, ou para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.1. declaração com o número e a data de acreditação junto ao INMETRO.

8.9. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail selic.ditec@dpf.gov.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 04 (quatro) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), ou e-mail.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

13.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

13.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14. DO REAJUSTE

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

17.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

17.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.2. apresentar documentação falsa;
- 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.5. não manter a proposta;
- 18.1.6. cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 18.3.1. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail selic.ditec@dpf.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SAIS, Quadra 7, Lote 3 – Brasília/DF, CEP: 70.610-200, seção ARLIC/SELOG, Edifício do INC.
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024-9344**, nos dias úteis, **no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

20.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

....., de de 20.....

Assinatura da autoridade competente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ANEXO I

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

PREGÃO Nº/2016

(Processo Administrativo n.º 08059.000129/2016-20)

21. DO OBJETO

21.1. Contratação de prestação de serviços de manutenção e calibração em balanças; de serviços de calibração, higienização/descontaminação e manutenção preventiva para pipetas laboratoriais e, sempre que necessário, com substituição da peça denominada "Selo O-ring"; e de serviços de calibração em conjunto de pesos-padrão, balões volumétricos, dispensadores plásticos e termômetros; todos por comparação direta com padrão rastreável na RBC/INMETRO (Rede Brasileira de Calibração). Os instrumentos de medição e materiais que serão submetidos aos serviços estão relacionados na Tabela 1 e pertencem aos acervos da Área de Perícias em Genética Forense (APGEF) e do Serviço de Perícias de Laboratório e de Balística (SEPLAB) da Divisão de Perícias (DPER) do Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Diretoria Técnico-Científica (DITEC) da Polícia Federal (PF). Os serviços contratados deverão ser executados por empresa especializada na prestação de serviços de calibração e manutenção, pertencente à RBC/INMETRO (Rede Brasileira de Calibração), por profissionais qualificados, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Tabela 1

Item	Descrição	Qde	Local do serviço	Tipo de serviço	Periodicidade	Valor Máximo Unitário (R\$)
1	Balança semi-analítica, marca Mettler Toledo, modelo XS6002S DR, carga mínima 1200 g (d= 0,01) e máxima 6100 g (d = 0,1); números de série: 1126480571, 1126480572, 1126480574;	3	<i>in loco</i> INC/DITEC	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	620,00
2	Balança analítica, marca Mettler Toledo, modelo XP205, carga mínima 1 mg, carga máxima 220 g (d = 0,01mg), divisão de verificação (e) = 0,1 mg. Números de série: 1126492078, 1126492079,	4	<i>in loco</i> INC/DITEC	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	620,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

	1126492080, 1126492081;					
3	Balança modelo KB60S.2, marca Mettler Toledo, carga máxima 60 Kg, carga mínima 10g. número de série K16934;	1	<i>in loco</i> INC/DITEC	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	620,00
4	Balança marca Shimadzu, modelo AY220, capacidade Max 220 g mín. 0,01 g, d = 0,0001g;	1	<i>in loco</i> INC/DITEC	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	620,00
5	Balança marca AND, modelo EK-2000G, capacidade Max 2000 g, mín. 0,1g, d= 0,1g.	1	<i>in loco</i> INC/DITEC	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	620,00
6	Conjunto de peso padrão ASTM, marca Troemner, na faixa de 100 g a 1 g (21 pesos). Classe F1 de tolerância;	1	<i>Empresa</i>	Calibração	2 em 2 anos	2.100,00
7	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 10 mL (dez mililitros);	11	<i>Empresa</i>	Calibração	1 em 1 ano	59,60
8	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 25 mL (vinte e cinco mililitros);	5	<i>Empresa</i>	Calibração	1 em 1 ano	59,60
9	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 50 mL (cinquenta mililitros);	5	<i>Empresa</i>	Calibração	1 em 1 ano	59,60
10	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 500 mL (quinhentos mililitros);	1	<i>Empresa</i>	Calibração	1 em 1 ano	59,60
11	Balões volumétricos, marca Pyrex, volume nominal 1000 mL (mil mililitros)	2	<i>Empresa</i>	Calibração	1 em 1 ano	59,60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

12	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 2000 mL (dois mil mililitros);	1	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	59,60
13	Dispensador de plástico, marca Brand, de volume nominal variável de 1 mL (um mililitro) a 10 mL (dez mililitros), menor divisão 0,2 mL (2 centilitros).	3	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	150,00
14	Termômetro Digital Temperature Data logger, fabricante AKSO, modelo AK170	11	Empresa	Calibração	2 em 2 anos	180,00
15	Termômetro digital Master Marca Fisher Scientific	1	Empresa	Calibração	2 em 2 anos	180,00
16	Pipeta de volume variável, marca Gilson, volume nominal 1 uL a 10 uL, modelo Pipetman Neo P10N	1	Empresa	Manutenção e calibração	1 em 1 ano	151,00
17	Pipetas de volume variável, marca Gilson, volume nominal 20 uL a 100 uL, modelo Pipetman P100	2	Empresa	Manutenção e calibração	1 em 1 ano	151,00
18	Pipetas de volume variável, marca Gilson, volume nominal 200 uL a 1000 uL, modelo Pipetman P1000	3	Empresa	Manutenção e calibração	1 em 1 ano	122,00
19	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 0,5 a 10uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	827,20
20	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 5 a 100uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	827,20
21	Pipeta eletrônica 8 canais marca	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	827,20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

	eppendorf modelo xplorer 15 a 300uL					
22	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 50 a 1200uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	827,20
23	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P10	8	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	122,00
24	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P100	8	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	122,00
25	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P1000	8	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	122,00
26	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P2	9	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	124,00
27	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P20	8	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	124,00
28	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P200	8	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	123,00
29	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P5000	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	132,00
30	Pipeta mecânica monocal canal marca Gilson P10000	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	133,00
31	Pipeta mecânica monocal deslocamento positivo marca Gilson M1000	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	133,00
32	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 0,5 a 10uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	250,00
33	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 10 a 100uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	250,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

34	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 30 a 300uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	250,00
----	--	---	---------	-------------------------	-------------	--------

21.2. Os quantitativos descritos na tabela anterior se referem à quantidade de serviços demandados para cada um dos tipos/modelos de equipamentos/materiais especificados. Cada equipamento vai ser objeto de apenas um serviço, a cada período indicado na tabela.

21.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela anterior facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, na modalidade de menor preço por item.

21.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

21.5. Trata-se de contratação de empresa especializada em prestação de serviço de calibração de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

22. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

22.1. Há alguns anos os laboratórios do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF e da APGEF/DPER/INC/DITEC/PF iniciaram procedimentos visando se adequarem ao processo de implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade, o que recentemente culminou na acreditação do Instituto Nacional de Criminalística na ISO/IEC 17025, no dia 09 de setembro de 2014.

22.2. A referida norma da qualidade exige controles de temperatura e medidas exatas de volume e massa através de instrumentos de medição adequadamente calibrados lançando-se mão de padrões rastreáveis a padrões internacionais das unidades de medida.

22.3. A perda da calibração dos instrumentos/equipamentos pode acarretar em sérias não-conformidades e, inclusive, na perda da acreditação do Instituto Nacional de Criminalística na norma ISO/IEC 17025. Isso prejudicaria a emissão de laudos de exames periciais dos mais variados casos de competência e participação da PF, causando prejuízos para os procedimentos processuais e pré-processuais penais.

22.4. Além da descalibragem, o uso contínuo das pipetas resulta naturalmente em desgaste de peças internas, ocasionando mau funcionamento e aumento constante do erro padrão associado aos volumes para os quais as pipetas foram projetadas.

22.5. A imprecisão de volumes manipulados pelas pipetas pode interferir negativamente nos resultados das análises laboratoriais. Portanto, a manutenção com a substituição de peças com desgaste, no caso o “Selo O-ring”, sempre que necessário, e a calibração com finalidade do funcionamento preciso destas pipetas são imprescindíveis para a realização de exames necessários para o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos para a emissão de laudos periciais.

22.6. Em atendimento a manutenção da acreditação do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/DPF e da APGEF/DPER/INC/DITEC/DPF na norma ISO/IEC 17025, há imperiosa necessidade de se promover a calibração e manutenção dos instrumentos e materiais listados na Tabela 1 do item 1 deste Projeto Básico, notadamente instrumentos de medição, os quais são utilizados em diversas análises que auxiliarão na confecção de vários tipos de laudos periciais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

22.7. Diante de tal fato, se faz necessária a contratação de laboratório de calibração acreditado, participante da Rede Brasileira de Calibração – RBC, para execução desse serviço.

22.8. Devido ao uso contínuo dos equipamentos, os laboratórios do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF e da APGEF/DPER/INC/DITEC/PF não podem ficar totalmente desguarnecidos desses instrumentos de medição e materiais. A necessidade de calibração e manutenção desses instrumentos e materiais é premente, dada à quantidade de amostras a serem processadas nos laboratórios. Por isso o serviço de foi distribuído no quantitativo e forma definidos na Tabela 2.

Tabela 2 – Cronograma de calibrações

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS ITENS DA TABELA 1	DATA DA CALIBRAÇÃO E QUANTIDADE DE CADA ITEM									
		1ª leva 2016 - imediatamente após assinatura do contrato	2ª leva 2016 Imediatamente após o recebimento da 1ª leva	1ª leva 2017 – 1 ano após a 1ª leva 2016	2ª leva 2017- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2017	1ª leva 2018 - 1 ano após a 1ª leva 2017	2ª leva 2018- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2018	1ª leva 2019 - 1 ano após a 1ª leva 2018	2ª leva 2019- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2019	1ª leva - 2020 - 1 ano após a 1ª leva 2019	2ª leva 2020- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2020
1	Balança semi-analítica, marca Mettler Toledo	3				3				3	
2	Balança analítica, marca Mettler Toledo	4				4				4	
3	Balança modelo KB60S.2, marca Mettler Toledo	1				1				1	
4	Balança marca Shimadzu	1				1				1	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS ITENS DA TABELA 1	DATA DA CALIBRAÇÃO E QUANTIDADE DE CADA ITEM									
		1ª leva 2016 - imediatamente após assinatura do contrato	2ª leva 2016 Imediatamente após o recebimento da 1ª leva	1ª leva 2017 - 1 ano após a 1ª leva 2016	2ª leva 2017- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2017	1ª leva 2018 - 1 ano após a 1ª leva 2017	2ª leva 2018- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2018	1ª leva 2019 - 1 ano após a 1ª leva 2018	2ª leva 2019- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2019	1ª leva - 2020 - 1 ano após a 1ª leva 2019	2ª leva 2020- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2020
5	Balança marca AND	1				1				1	
6	Conjunto de peso padrão ASTM, marca Troemner		1				1				1
7	Balão volumétrico, marca Pyrex, de 10 mL	11		6	5	6	5	6	5	6	5
8	Balão volumétrico, marca Pyrex, de 25 mL	5		3	2	3	2	3	2	3	2
9	Balão volumétrico, marca Pyrex, de 50 mL	5		3	2	3	2	3	2	3	2
10	Balão volumétrico, marca Pyrex, de 500 mL	1		1		1		1		1	
11	Balão volumétrico, marca Pyrex, de 1000 mL	2		1	1	1	1	1	1	1	1
12	Balão volumétrico,	1		1		1		1		1	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS ITENS DA TABELA 1	DATA DA CALIBRAÇÃO E QUANTIDADE DE CADA ITEM									
		1ª leva 2016 - imediatamente após assinatura do contrato	2ª leva 2016 Imediatamente após o recebimento da 1ª leva	1ª leva 2017 - 1 ano após a 1ª leva 2016	2ª leva 2017- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2017	1ª leva 2018 - 1 ano após a 1ª leva 2017	2ª leva 2018- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2018	1ª leva 2019 - 1 ano após a 1ª leva 2018	2ª leva 2019- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2019	1ª leva - 2020 - 1 ano após a 1ª leva 2019	2ª leva 2020- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2020
	marca Pyrex, de 2000 mL										
13	Dispensador de plástico, marca Brand	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1
14	Termômetro Digital Temperature Data logger, fabricante AKSO		6	5			6	5			6
15	Termômetro Master, marca Fisher Scientific		1				1				1
16	Pipeta de volume variável, marca Gilson, modelo Pipetman Neo P10N	1		1		1		1		1	
17	Pipetas de volume variável, marca Gilson, modelo Pipetman P100	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS ITENS DA TABELA 1	DATA DA CALIBRAÇÃO E QUANTIDADE DE CADA ITEM									
		1ª leva 2016 - imediatamente após assinatura do contrato	2ª leva 2016 Imediatamente após o recebimento da 1ª leva	1ª leva 2017 - 1 ano após a 1ª leva 2016	2ª leva 2017- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2017	1ª leva 2018 - 1 ano após a 1ª leva 2017	2ª leva 2018- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2018	1ª leva 2019 - 1 ano após a 1ª leva 2018	2ª leva 2019- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2019	1ª leva - 2020 - 1 ano após a 1ª leva 2019	2ª leva 2020- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2020
18	Pipetas de volume variável, marca Gilson, modelo Pipetman P1000	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1
19	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 0,5 a 10uL	1				1				1	
20	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 5 a 100uL	1				1				1	
21	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 15 a 300uL	1				1				1	
22	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf	1				1				1	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS ITENS DA TABELA 1	DATA DA CALIBRAÇÃO E QUANTIDADE DE CADA ITEM									
		1ª leva 2016 - imediatamente após assinatura do contrato	2ª leva 2016 Imediatamente após o recebimento da 1ª leva	1ª leva 2017 - 1 ano após a 1ª leva 2016	2ª leva 2017- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2017	1ª leva 2018 - 1 ano após a 1ª leva 2017	2ª leva 2018- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2018	1ª leva 2019 - 1 ano após a 1ª leva 2018	2ª leva 2019- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2019	1ª leva - 2020 - 1 ano após a 1ª leva 2019	2ª leva 2020- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2020
	modelo xplorer 50 a 1200uL										
23	Pipeta mecânica monocal marca Gilson P10	4	4			4	4			4	4
24	Pipeta mecânica monocal marca Gilson P100	4	4			4	4			4	4
25	Pipeta mecânica monocal marca Gilson P1000	4	4			4	4			4	4
26	Pipeta mecânica monocal marca Gilson P2	5	4			5	4			5	4
27	Pipeta mecânica monocal marca Gilson P20	4	4			4	4			4	4
28	Pipeta mecânica monocal	4	4			4	4			4	4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS ITENS DA TABELA 1	DATA DA CALIBRAÇÃO E QUANTIDADE DE CADA ITEM									
		1ª leva 2016 - imediatamente após assinatura do contrato	2ª leva 2016 Imediatamente após o recebimento da 1ª leva	1ª leva 2017 - 1 ano após a 1ª leva 2016	2ª leva 2017- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2017	1ª leva 2018 - 1 ano após a 1ª leva 2017	2ª leva 2018- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2018	1ª leva 2019 - 1 ano após a 1ª leva 2018	2ª leva 2019- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2019	1ª leva - 2020 - 1 ano após a 1ª leva 2019	2ª leva 2020- imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2020
	marca Gilson P200										
29	Pipeta mecânica monocal marca Gilson P5000	1				1				1	
30	Pipeta mecânica monocal marca Gilson P10000	1				1				1	
31	Pipeta mecânica monocal marca Gilson M1000	1				1				1	
32	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 0,5 a 10uL	1				1				1	
33	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 10 a 100uL	1				1				1	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS ITENS DA TABELA 1	DATA DA CALIBRAÇÃO E QUANTIDADE DE CADA ITEM									
		1ª leva 2016 - imediatamente após assinatura do contrato	2ª leva 2016 - imediatamente após o recebimento da 1ª leva	1ª leva 2017 - 1 ano após a 1ª leva 2016	2ª leva 2017 - imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2017	1ª leva 2018 - 1 ano após a 1ª leva 2017	2ª leva 2018 - imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2018	1ª leva 2019 - 1 ano após a 1ª leva 2018	2ª leva 2019 - imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2019	1ª leva 2020 - 1 ano após a 1ª leva 2019	2ª leva 2020 - imediatamente após o recebimento da 1ª leva 2020
34	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 30 a 300uL	1				1				1	

23. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. Os serviços objeto desta contratação são considerados comuns, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, haja vista que seu padrão de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

23.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

23.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

24. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

24.1.1. Calibração, manutenção corretiva das balanças (itens de 1 a 5 da Tabela 1)

24.1.1.1. Os serviços devem ser finalizados em um período que não ultrapasse 30 (trinta) dias úteis a partir da solicitação da Contratante.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

24.1.1.2. Manutenções corretivas das balanças, realizadas mediante solicitação da Contratante, sendo 01 (um) serviço para cada balança e em cada data especificada no cronograma constante na Tabela 2. Este serviço será faturado mediante relatório com descritivo dos serviços executados.

24.1.1.3. Calibrações das balanças, realizadas mediante solicitação da Contratada, sendo 01 (um) serviço para cada balança e em cada data especificada no cronograma constante na Tabela 2. Este serviço será faturado mediante relatório com descritivo dos serviços executados e será executado na mesma visita técnica da respectiva **manutenção corretiva**.

24.1.1.4. A calibração das balanças deve ser executada com o mínimo de 5 pontos e a incerteza de medição em cada ponto de medição deve ser inferior às tolerâncias estabelecidas abaixo conforme a capacidade das balanças.

- **Para balanças analíticas**

Massa Nominal (MN)	Tolerância (%)
$MN < 50 \text{ mg}$	2,00
$50 \text{ mg} \leq MN \leq 10 \text{ g}$	0,50
$MN > 10 \text{ g}$	0,20

- **Para balanças semi-analíticas**

Massa Nominal (MN)	Tolerância (%)
$MN < 10 \text{ g}$	2,00
$10 \text{ g} \leq MN \leq 100 \text{ g}$	0,50
$MN > 100 \text{ g}$	0,20

- **Para a balança de capacidade máxima de 60 kg**

Massa Nominal (MN)	Tolerância (%)
$MN < 1 \text{ kg}$	4,00
$1 \text{ kg} \leq MN \leq 10 \text{ kg}$	2,00
$MN > 10 \text{ kg}$	1,00

24.1.1.5. No caso de calibrações que não puderam ser realizadas, emitir relatório, em 2 (duas) vias, contendo o histórico e os relatos técnicos de forma clara, detalhada e precisa.

24.1.1.6. Após o término das calibrações das balanças, a Contratada deverá enviar os certificados RBC/INMETRO dos serviços de calibração realizados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

24.1.1.7. A Contratada deverá zelar pela perfeita execução do serviço. Caso ocorra não aprovação dos certificados emitidos, por parte do corpo técnico do laboratório responsável pela aprovação dos certificados de calibração a Contratada se responsabiliza por efetuar nova calibração das balanças objetos deste Termo de Referência, ou emitir novo certificado de calibração caso tenha havido problema na transcrição dos resultados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

24.1.1.8. O prazo para início da execução do serviço somente poderá ser adiado em caso de força maior, devidamente comprovada pela Contratada, por escrito, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data fixada para início das atividades.

24.1.1.9. Caso o serviço não possa ser concluído no prazo determinado, a empresa deverá comunicar-se por escrito a DPER/INC/DITEC/DPF dentro de 48 (quarenta e oito) horas antes de esgotar o prazo, para estudo de novo período de conclusão do serviço.

24.1.1.10. O atendimento à solicitação para execução dos serviços deverá ser realizado em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da comunicação feita pela Contratante à Contratada, exceto em sábados, domingos e feriados. A comunicação deverá ser realizada por ato escrito (e-mail ou fax), ainda que receba apoio telefônico.

24.1.1.11. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais necessários à perfeita execução, conforme disposto neste Termo de Referência.

24.1.1.12. A empresa contratada deverá realizar os serviços nas dependências do Instituto Nacional de Criminalística, localizado na **SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024-9344, no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas**, mediante comunicação prévia.

24.1.2. Calibração de balões, dispensadores e conjunto de pesos-padrão (itens de 6 a 13 da Tabela 1)

24.1.2.1. Os serviços devem ser finalizados em um período que não ultrapasse 30 (trinta) dias úteis a partir da solicitação da Contratante.

24.1.2.2. Os serviços de **volume** (balões e dispensadores) serão executados por empresa especializada na prestação de serviços de **calibração na grandeza volume**, a serem desempenhados por profissionais com a qualificação exigida para o exercício do serviço e na quantidade necessária para atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência.

24.1.2.3. A incerteza de medição no caso dos balões volumétricos deve ser inferior às tolerâncias estabelecidas abaixo, conforme a capacidade do balão.

Capacidade (mL)	Tolerância (mL) \pm
10	0,12
25	0,18
50	0,30
500	0,72
1000	1,20
2000	1,80

24.1.2.4. A calibração dos dispensadores deve ser feita com no mínimo 3 (três) pontos para os dispensadores de volumes variáveis, sendo o primeiro ponto no volume nominal máximo; o segundo ponto no volume de 50% do volume nominal máximo; e o terceiro ponto no volume nominal mínimo.

24.1.2.5. A incerteza de medição em cada ponto deve ser igual ou inferior a 3% do volume nominal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

24.1.2.6. Para o conjunto de pesos padrão os erros máximos aceitáveis devem estar dentro da faixa de aceitação para pesos padrão da classe F1.

24.1.2.7. Será executado 1 (um) serviço de calibração para cada um dos balões, dispensadores e conjunto de pesos-padrão, no período de 30 (trinta) dias úteis, e em cada data especificada no cronograma constante na Tabela 2.

24.1.2.8. Os balões, dispensadores e conjunto de pesos-padrão podem ser encaminhados para calibração ao executor do serviço, juntos em apenas uma remessa.

24.1.2.9. Serão relatadas as eventuais avarias já existentes nos equipamentos para calibração.

24.1.2.10. No caso de calibrações que não puderam ser realizadas, emitir relatório, em 2 (duas) vias, contendo o histórico e os relatos técnicos de forma clara, detalhada e precisa.

24.1.2.11. A Contratada terá que executar o serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir da solicitação da Contratante, com apresentação dos certificados RBC/INMETRO dos serviços de calibração realizados, a contar da data da retirada/envio de cada lote de instrumentos da sede da Contratante.

24.1.2.12. A Contratada deverá zelar pela perfeita execução do serviço. Caso ocorra não aprovação dos certificados emitidos, por parte do corpo técnico do laboratório responsável pela aprovação dos certificados de calibração a Contratada se responsabiliza por efetuar nova calibração dos instrumentos de medição objeto deste Termo de Referência, ou emitir novo certificado de calibração caso tenha havido problema na transcrição dos resultados.

24.1.2.13. O prazo para início da execução do serviço somente poderá ser adiado em caso de força maior, devidamente comprovada pela Contratada, por escrito, até 10 (dez) dias corridos antes da data fixada para início das atividades.

24.1.2.14. A empresa contratada deverá realizar, as suas custas, a retirada e devolução dos instrumentos no Instituto Nacional de Criminalística, localizado na **SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024-9344, no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas**, mediante comunicação prévia.

24.1.3. Calibração de termômetros (itens de 14 e 15 da Tabela 1)

24.1.3.1. Os serviços devem ser finalizados em um período que não ultrapasse 30 (trinta) dias úteis a partir da solicitação da Contratante.

24.1.3.2. Calibração e ajustes de acordo com as normas técnicas de fabricação dos instrumentos e obedecendo a padrões rastreáveis pela Rede Brasileira de Calibração-RBC e/ou internacionalmente reconhecidos, no número de pontos indicados:

24.1.3.2.1. (01) serviço em cada termômetro do item 14 da Tabela 1 e em cada data especificada no cronograma constante na Tabela 2:

- 3 (três) pontos, sendo o primeiro na temperatura de 25°C (ou em unidades bem próximas a este ponto); o segundo ponto na temperatura de 0°C (ou em unidades bem próximas a este ponto) e o terceiro ponto na temperatura de -20°C (ou em unidades bem próximas a este ponto).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

24.1.3.2.2. (01) serviço em cada termômetro do item 15 da Tabela 1 e em cada data especificada no cronograma constante na Tabela 2:

- 3 (três) pontos, sendo o primeiro na temperatura de 100°C (ou em unidades bem próximas a este ponto); o segundo ponto na temperatura de 0°C (ou em unidades bem próximas a este ponto) e o terceiro ponto na temperatura de -80°C (ou em unidades bem próximas a este ponto ou, ainda, na temperatura máxima de -20°C).

24.1.3.3. A incerteza de medição em cada ponto deve ser igual ou menor que 0,3°C.

24.1.3.4. Fornecimento e/ou fixação de etiquetas da empresa e da RBC/INMETRO, nos termômetros, especificando o serviço de calibração realizado.

24.1.3.5. No caso de calibrações que não puderam ser realizadas, emitir relatório, em 2 (duas) vias, contendo o histórico e os relatos técnicos de forma clara, detalhada e precisa.

24.1.3.6. A Contratada terá que executar o serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir da solicitação da Contratante, com apresentação dos certificados RBC/INMETRO dos serviços de calibração realizados, a contar da data da retirada/envio de cada lote de instrumentos da sede da Contratante.

24.1.3.7. A Contratada deverá zelar pela perfeita execução do serviço. Caso ocorra não aprovação dos certificados emitidos, por parte do corpo técnico do laboratório responsável pela aprovação dos certificados de calibração a Contratada se responsabiliza por efetuar nova calibração dos instrumentos de medição objeto deste Termo de Referência, ou emitir novo certificado de calibração caso tenha havido problema na transcrição dos resultados.

24.1.3.8. O prazo para início da execução do serviço somente poderá ser adiado em caso de força maior, devidamente comprovada pela Contratada, por escrito, até 10 (dez) dias corridos antes da data fixada para início das atividades.

24.1.3.9. A empresa contratada deverá realizar, as suas custas, a retirada e devolução dos instrumentos no Instituto Nacional de Criminalística, localizado na **SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024-9344, no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas**, mediante comunicação prévia.

24.1.4. Calibração e manutenção preventiva das pipetas (itens de 16 a 34 da Tabela 1)

24.1.4.1. Os serviços devem ser finalizados em um período que não ultrapasse 30 (trinta) dias úteis a partir da solicitação da Contratante.

24.1.4.2. Desmontagem e descontaminação das pipetas, sendo (01) serviço em cada pipeta dos itens de 16 a 34 da Tabela 1 e em cada data especificada no cronograma constante na Tabela 2.

24.1.4.3. Os eventuais ajustes devem ser realizados de acordo com as recomendações técnicas do fabricante, conforme cada modelo de pipeta.

24.1.4.4. A calibração deve ser realizada com no mínimo 3 (três) pontos para pipetas com volumes variáveis, sendo o primeiro ponto no volume nominal máximo; o segundo ponto no volume de 50% do volume nominal máximo; e o terceiro ponto no volume nominal mínimo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

24.1.4.5. As incertezas de medição em cada ponto de medição devem ser inferiores a 5% do valor nominal para volumes iguais ou inferiores a 10 µL e a 2% para volumes superiores a 10 µL.

24.1.4.6. Substituição da peça “Selo O-ring”, descrita no item 2.5 deste Termo de Referência.

24.1.4.7. A peça “Selo O-ring” será adquirida pela CONTRATANTE no âmbito desta contratação, com base no valor estimado das propostas comerciais. Para a substituição, a peça “Selo O-ring” deverá ser original, produzida pelo mesmo fabricante das pipetas (Gilson® ou Eppendorf®).

24.1.4.8. Fornecimento e/ou fixação de etiquetas da empresa e da RBC/INMETRO, nas pipetas, especificando o serviço de calibração realizado.

24.1.4.9. No caso de calibrações que não puderam ser realizadas, emitir relatório, em 2 (duas) vias, contendo o histórico e os relatos técnicos de forma clara, detalhada e precisa.

24.1.4.10. A Contratada terá que executar o serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir da solicitação da Contratante, com apresentação dos certificados RBC/INMETRO dos serviços de calibração realizados, a contar da data da retirada/envio de cada lote de instrumentos da sede da Contratante.

24.1.4.11. A Contratada deverá zelar pela perfeita execução do serviço. Caso ocorra não aprovação dos certificados emitidos, por parte do corpo técnico do laboratório responsável pela aprovação dos certificados de calibração a Contratada se responsabiliza por efetuar nova calibração dos instrumentos de medição objeto deste Termo de Referência, ou emitir novo certificado de calibração caso tenha havido problema na transcrição dos resultados.

24.1.4.12. O prazo para início da execução do serviço somente poderá ser adiado em caso de força maior, devidamente comprovada pela Contratada, por escrito, até 10 (dez) dias corridos antes da data fixada para início das atividades.

24.1.4.13. A empresa contratada deverá realizar, as suas custas, a retirada e devolução dos instrumentos no Instituto Nacional de Criminalística, localizado na **SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024-9344, no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas**, mediante comunicação prévia.

25. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

25.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

25.1.1. Manutenção da acreditação do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF e da APGEF/DPER/INC/DITEC/PF na norma ISO/IEC 17025. A acreditação foi obtida em 09 de setembro de 2014.

25.1.2. Controles de temperatura e medidas exatas de volume e massa através de instrumentos de medição adequadamente calibrados, exigidos pela norma ISO/IEC 217025, pois a perda da calibração dos instrumentos/equipamentos pode acarretar em sérias não-conformidades, inclusive na perda da acreditação.

25.1.3. Os contratos decorrentes da licitação serão firmados pelo período inicial de um ano com possibilidade de prorrogação por até 60 meses.

25.1.4. A empresa deve comprovar capacidade técnica para a execução dos serviços, apresentando uma declaração com o número e a data de acreditação junto ao INMETRO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

26. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

26.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

26.1.1. Calibração e ajustes de acordo com as normas técnicas de fabricação dos instrumentos e obedecendo a padrões rastreáveis pela Rede Brasileira de Calibração-RBC e/ou internacionalmente reconhecidos, nos parâmetros específicos estabelecidos no item 4 deste Termo de Referência.

26.2. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá:

26.2.1. utilizar os padrões de referência para calibração com validade de certificação em dia, na data da realização dos serviços objeto deste edital;

26.2.2. possuir Certificado de Acreditação INMETRO relevante para o serviço prestado;;

26.2.3. possuir Laboratório de calibração de massa.

27. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

~~27.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:~~

~~27.1.1. (etc.);~~

(NÃO SE APLICA À CONTRATAÇÃO EM COMENTO)

28. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

28.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, conforme Tabela 2.

28.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

28.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

28.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

28.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

28.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

29.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

29.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

29.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

29.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

29.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

30. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

30.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

30.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

30.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

30.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

30.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

30.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

30.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

30.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

30.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- 30.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 30.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 30.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 30.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 30.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 30.16. Fornecer, em atendimento ao art. 3º da lei 8.666/93 e IN/MP 01 de 19/01/2010 e a critério da administração, documento comprobatório de sustentabilidade ambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens, conforme modelo constante no Anexo I.

31. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

32. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 32.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

33. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 33.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 33.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 33.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 33.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
- 33.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

33.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

33.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

33.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

33.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

33.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

34. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

34.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 34.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 34.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 34.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 34.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 34.1.5. cometer fraude fiscal;
- 34.1.6. não manter a proposta.

34.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 34.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 34.2.2. multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 34.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

- 34.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 34.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 34.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 34.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 34.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 34.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 34.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 34.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 34.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 34.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
- 34.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

35. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 35.1. A vigência do contrato se iniciará a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União pelo período de 12 (doze) meses.
- 35.2. O contrato terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado, com vantagens para a Administração devidamente justificada nos autos, por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 35.3. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA.
- 35.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Brasília, 15 de agosto de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ELVIO DIAS BOTELHO
Perito Criminal Federal
Chefe do SEPLAB/INC/DITEC/DPF

Aprovo este Termo de Referência para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de calibração em 15 de agosto de 2016.

JOSÉ JAIR WERMANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Anexo I

Modelo de Declaração de que a Empresa atende aos Critérios de
Sustentabilidade Socioambiental

(nome empresarial da licitante)

inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____

(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º
_____, para os fins de habilitação no Pregão
Eletrônico _____, DECLARA expressamente que:

- a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2016.

REPRESENTANTE LEGAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA E A EMPRESA
.....**

A União, por intermédio da Diretoria Técnico-Científica, com sede no Setor de Áreas Isoladas Sul, Quadra 7 – Lote 23, na cidade de em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0087-06, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. JOSÉ JAIR WERNANN, CPF 297.801.360-53 e C.I. 401.301.5112 SSP/RS, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3068, de 31 de julho de 2012, DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço nº 148, de 01 de agosto de 2012, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 08059.000129/2016-20 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de contratação de prestação de serviços de manutenção e calibração em balanças; de serviços de calibração, higienização/descontaminação e manutenção preventiva para pipetas laboratoriais e, sempre que necessário, com substituição da peça denominada “Selo O-ring”; e de serviços de calibração em conjunto de pesos-padrão, balões volumétricos, dispensadores plásticos e termômetros; todos por comparação direta com padrão rastreável na RBC/INMETRO (Rede Brasileira de Calibração), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	LOCAL DO SERVIÇO	TIPO DE SERVIÇO	PERIODICIDADE	VALOR
1	Balança semi-analítica, marca Mettler Toledo, modelo XS6002S DR, carga	3	<i>in loco</i>	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	LOCAL DO SERVIÇO	TIPO DE SERVIÇO	PERIODICIDADE	VALOR
	mínima 1200 g (d= 0,01) e máxima 6100 g (d = 0,1); números de série: 1126480571, 1126480572, 1126480574;		INC/DITE C			
2	Balança analítica, marca Mettler Toledo, modelo XP205, carga mínima 1 mg, carga máxima 220 g (d = 0,01mg), divisão de verificação (e) = 0,1 mg. Números de série: 1126492078, 1126492079, 1126492080, 1126492081;	4	<i>in loco</i> INC/DITE C	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	
3	Balança modelo KB60S.2, marca Mettler Toledo, carga máxima 60 Kg, carga mínima 10g. número de série K16934;	1	<i>in loco</i> INC/DITE C	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	
4	Balança marca Shimadzu, modelo AY220, capacidade Max 220 g mín. 0,01 g, d = 0,0001g;	1	<i>in loco</i> INC/DITE C	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	
5	Balança marca AND, modelo EK-2000G, capacidade Max 2000 g, mín. 0,1g, d= 0,1g.	1	<i>in loco</i> INC/DITE C	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	
6	Conjunto de peso padrão ASTM, marca Troemner, na faixa de 100 g a 1 g (21 pesos). Classe 1 de tolerância;	1	<i>in loco</i> INC/DITE C	Calibração	1 em 1 ano	
7	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 10 mL (dez mililitros);	11	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	
8	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 25 mL (vinte e cinco mililitros);	5	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	
9	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 50 mL (cinquenta mililitros);	5	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	LOCAL DO SERVIÇO	TIPO DE SERVIÇO	PERIODICIDADE	VALOR
10	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 500 mL (quinhentos mililitros);	1	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	
11	Balões volumétricos, marca Pyrex, volume nominal 1000 mL (mil mililitros)	2	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	
12	Balão volumétrico, vidro borossilicato, marca Pyrex, volume nominal 2000 mL (dois mil mililitros);	1	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	
13	Dispensador de plástico, marca Brand, de volume nominal 10 mL (dez mililitros), menor divisão 0,2 mL (2 centilitros).	3	Empresa	Calibração	1 em 1 ano	
14	Termômetro Digital Temperature Data logger, fabricante AKSO, modelo AK170	11	Empresa	Calibração	2 em 2 anos	
15	Termômetro <i>Master</i> com calibração rastreável ao S.I. Marca Thermofisher	1	Empresa	Calibração	2 em 2 anos	
16	Pipeta de volume variável, marca Gilson, volume nominal 1 uL a 10 uL, modelo Pipetman Neo P10N	1	Empresa	Manutenção e calibração	1 em 1 ano	
17	Pipetas de volume variável, marca Gilson, volume nominal 20 uL a 100 uL, modelo Pipetman P100	2	Empresa	Manutenção e calibração	1 em 1 ano	
18	Pipetas de volume variável, marca Gilson, volume nominal 200 uL a 1000 uL, modelo Pipetman P1000	3	Empresa	Manutenção e calibração	1 em 1 ano	
19	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 0,5 a 10uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	
20	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 5 a 100uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	LOCAL DO SERVIÇO	TIPO DE SERVIÇO	PERIODICIDADE	VALOR
21	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 15 a 300uL	1	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
22	Pipeta eletrônica 8 canais marca eppendorf modelo xplorer 50 a 1200uL	1	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
23	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P10	8	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
24	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P100	8	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
25	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P1000	8	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
26	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P2	9	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
27	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P20	8	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
28	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P200	8	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
29	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P5000	1	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
30	Pipeta mecânica monocanal marca Gilson P10000	1	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
31	Pipeta mecânica monocanal deslocamento positivo marca Gilson M1000	1	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
32	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 0,5 a 10uL	1	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	
33	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 10 a 100uL	1	Empresa	Manutenção o e calibração	2 em 2 anos	



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	LOCAL DO SERVIÇO	TIPO DE SERVIÇO	PERIODICIDADE	VALOR
34	Pipeta mecânica 8 canais marca eppendorf modelo research plus 30 a 300uL	1	Empresa	Manutenção e calibração	2 em 2 anos	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do *IGP-M*.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: